

“Nossa casa está condenada”: o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro

Alexandre Magalhães

Pós-doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ

alex.socio@gmail.com

Daniela Petti

Mestranda em Sociologia e Antropologia no PPGSA/UFRJ

danikuico@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar uma das tecnologias de governo recorrentemente acionada para gerir a população moradora de favelas no Rio de Janeiro. Consideraremos como o recurso ao discurso técnico nos auxiliará a delinear a constituição de formas de governo destas pessoas no contexto das remoções ocorridas recentemente na cidade. Compreendemos que acompanhar suas formas de agenciamento nos permitirá perspectivar as linhas de força que atravessam e constituem, por um lado, as relações entre aparatos estatais e determinadas populações e, por outro, o próprio traçado urbano que se nos revela ao acompanhar estes agenciamentos. Para levar adiante a empreitada, partiremos da consideração de dois casos: o da Vila União de Curicica e da Indiana.

Palavras-chave: favelas; técnica; remoção; gestão.

Abstract

The objective of this article is to analyze one of the government technologies that is frequently used to manage the population living in favelas in Rio de Janeiro. We will consider how the use of technical discourse will help us to delineate the constitution of these people's forms of government in the context of recent removals in the city. We understand that monitoring their forms of agency will allow us to foresee the lines of force that cross and constitute, on the one hand, the relations between state apparatuses and certain populations, and, on the other hand, the urban tracing itself that reveals itself

to us when following these assemblages. To carry out the work, we will start with the consideration of two cases: Vila União de Curicica and Indiana

Keywords: Favelas; technique; removal; management.

A cidade do Rio de Janeiro passou, recentemente, por transformações consideráveis em seu ordenamento urbano. Estas permitiram a retomada da política de erradicação de favelas como uma das formas de intervenção estatal na gestão dos espaços e lugares da cidade¹. Tais transformações ocorreram no compasso da proliferação de dispositivos de exceção que alteraram consideravelmente os parâmetros a partir dos quais se estabeleciam as relações entre o Estado e suas margens no Brasil.

Nesse sentido, seria possível afirmar, tal como ressalta Telles (2010), que houve um alargamento, nos últimos anos, de mecanismos de controle e administração das populações em detrimento da política e seus protocolos de negociação, discussão e participação².

As intervenções estatais que visavam a gestão populacional a partir de processos de erradicação de favelas ganharam impulso notadamente a partir da realização dos chamados megaeventos esportivos, especialmente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, alcançando um número considerável de cidades pelo país. A preparação das cidades-sede do mundial de futebol incorporou, em suas ações de reconfiguração urbana - realizadas para adequá-las às exigências feitas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) - a realocação de inúmeras localidades³.

Além disso, como foi possível observar em diferentes regiões do país, os grandes empreendimentos econômicos, tratados como fundamentais ao modelo de desenvolvimento recentemente experimentado, ocorreram *pari passu* a profundas e significativas alterações sócio-territoriais, implicando deslocamentos populacionais que não encontrariam precedente na história recente do país. Sobre isto, bastaria observar o caso das hidrelétricas e seus impactos sobre as populações ribeirinhas e as indígenas. Observem-se também os empreendimentos ligados à indústria química, petroquímica e de minério (en-

1 Para compreender os significados e consequências desta política especialmente na vida dos moradores de favelas, ver Magalhães (2013).

2 No caso do Rio de Janeiro (mas é possível afirmar, sem incorrer em erro, no Brasil como um todo), simultaneamente às remoções, atualizaram-se outros tantos mecanismos de controle populacional, como seria o caso das Unidades de Polícia Pacificadora e a internação compulsória de usuários de drogas em situação de rua.

3 Estes conflitos foram relatados no Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, que congregava os Comitês Populares da Copa, coletivos que buscaram acompanhar os impactos da realização deste megaevento em inúmeras esferas, tais como habitação, trabalho e transporte. Seus integrantes estimaram à época que, em função tanto da Copa do Mundo de 2014 quanto das Olimpíadas de 2016, aproximadamente 170 mil pessoas foram removidas de favelas pelo país. Este dossiê pode ser encontrado em: www.portalpopulardacopa.org.br

tre outras) que, além de provocarem consideráveis impactos ao meio-ambiente, levaram à realocação de populações locais e/ou originárias, especialmente as indígenas.

A partir desta configuração observada atualmente no Brasil e, no caso em tela, o das remoções de favelas no Rio de Janeiro, é possível afirmar que o alargamento da administração e gestão de determinadas populações se constituía a partir de um processo de intervenção estatal que incidia fundamentalmente sobre a circulação de certas pessoas e grupos no espaço na cidade, redefinindo os fluxos e usos que a constituem (Magalhães 2013a, 2017).

Esses processos se efetivavam a partir da mobilização de diferentes tecnologias de governo. Nossa intenção, neste artigo, é analisar um desses mecanismos recorrentemente acionado, pois ele nos permitirá perspectivar as linhas de força que atravessam e constituem, por um lado, as relações entre aparatos estatais e determinadas populações na cidade do Rio de Janeiro (notadamente os moradores de favelas) e, por outro, o próprio traçado urbano que se revela ao acompanharmos estes agenciamentos. Como afirma Telles, tais “mecanismos de controle e seus modos operatórios se apresentam, já há algum tempo, cada vez mais, sob formas territorializadas, situadas, intrincadas com a gestão dos espaços e gestão das populações” (2015: 24).

Nas situações de remoção acompanhadas por nós ao longo de nossas pesquisas⁴ pudemos observar diferentes mecanismos de controle mobilizados por agentes estatais nestas situações de remoção. Tais mecanismos nos permitiram acompanhar a configuração desses processos, tanto do ponto de vista dos efeitos experimentados pelos alvos da intervenção (os moradores de favelas) quanto pela trama urbana que emergia e transformava o espaço da cidade como um todo, alterando seus usos e fluxos constitutivos.

As inúmeras práticas estatais que levaram adiante os processos de remoção de favelas nos últimos anos sugerem a produção e reprodução de formas específicas de poder que se estruturam nas dimensões mais ínfimas da trama urbana. Além disso, como afirmou um dos autores em outra ocasião:

[...] “estes mecanismos, táticas e estratégias efetivamente mobilizadas pelos aparatos estatais apontam para diferentes espaços, formas e práticas através das quais o Estado está, constantemente, sendo experimentado e (re)construído” (Magalhães 2017).

4 Este artigo é resultado de uma reflexão baseada nas etnografias que realizamos para a elaboração da tese de doutorado de Magalhães (2013a) e do trabalho de conclusão de curso de Petti (2016) em diferentes momentos da conjuntura recente na qual se deu a retomada das remoções de favelas. Acompanhamos diversas situações de realocação na cidade do Rio de Janeiro tanto através da observação direta quanto de entrevistas em profundidade, análise documental e produção audiovisual.

Nesta angulação, partiremos da descrição e análise dos usos (e, num certo sentido, abusos) feitos por agentes estatais de documentos cuja característica principal seria justamente o de apresentar uma definição preestabelecida e que marcaria, decisivamente, o destino dos moradores das favelas em processo de remoção: a de que as casas em que moravam estavam “condenadas”⁵, especialmente por estarem em “áreas de risco”. Para tanto, observaremos documentos como “laudos” e “autos de interdição” que expressavam, em nosso entendimento, o ponto de ignição de todo o processo de realocação, na medida em que eles atestavam, de maneira quase irrevogável, a impossibilidade de continuar habitando naquela localidade.

Tal como afirma Veena Das (2007), estes documentos se apresentam como *assinaturas de Estado*, isto é, aquelas marcas que atestam as diferentes presenças do aparato estatal em determinados territórios. Elas expressam, de algum modo, sua face *legal-burocrática*, operando como uma espécie de ponto de apoio em torno do qual determinadas práticas são constituídas e também dos modos através dos quais os atores lidam com estas ocasiões (para enfrentá-las, contorná-las ou simplesmente sobreviver nas regiões onde elas se configuram). Tais *assinaturas* apontam para como certos códigos, leis e diferentes ordenamentos normativos circulam, são agenciados e também negociados nestes contextos, fazendo com que ocorra uma redefinição da distribuição daquilo que é permitido e tolerado em certos momentos. Expressam, portanto, uma condensação das práticas cambiantes do Estado.

É possível afirmar que essas diferentes *assinaturas* povoam e constituem as situações de remoção manifestando-se, por exemplo, através da circulação de diferentes documentos. Estes, mais do que apenas circular, inscrevem e circunscrevem pessoas, coisas e seus destinos. As pessoas envolvidas com/por estes documentos (como o “auto de interdição”), no ato em que os assinam, acabam por se comprometer com uma ordem de definições e ações previamente estabelecida pelas agências estatais. Como afirmam Hirata e Cardoso (2016), tais documentos (especialmente os laudos que atestam a “condenação”) podem ser vistos como *dispositivos sociotécnicos* que configurariam maneiras de se atuar que levam diferentes atores a fazer o que lhes foi pré-imaginado⁶. Além disso, é importante mencionar que tal configuração expressa as maneiras através das quais se constitui a possibilidade de gerir esta população, conformando uma dinâmica de coprodução contí-

5 Termos mobilizados pelos atores envolvidos nos processos aqui analisados, bem como aqueles condensados em documentos oficiais produzidos nestas ocasiões serão sempre destacados a partir do uso de aspas. Por sua vez, conceitos e noções que nos ajudam a compreendê-los em itálico.

6 Para uma discussão mais aprofundada sobre o modo como os documentos constituem o mundo, ver Vianna (2014), Lowenkron & Ferreira (2014), Ferreira (2013), Hull (2012).

nua do Estado e suas margens⁷.

É importante notar, tal como ressaltam Das & Poole (2004), que as práticas de levantamento documental do Estado se organizam a partir da possibilidade de consolidar o controle estatal sobre os sujeitos, as populações, os territórios e as vidas. O que a descrição dessas cenas envolvendo o agenciamento de certos documentos parece nos revelar é que há, como ainda afirmam as autoras, diferentes espaços, formas e práticas através das quais o Estado está constantemente sendo experimentado e desconstruído mediante a *ilegibilidade* de suas próprias práticas, documentos e palavras.

Nesta configuração, os “laudos” e, especialmente, os “autos de interdição”, notadamente nas favelas cuja alegação para remoção fora a questão do risco, tornaram-se um dispositivo importante da maneira pela qual os agentes estatais lidavam com os moradores nestas situações. Após a vistoria das casas, os moradores eram instados a assinar estes documentos, pois, assim, configurava-se uma situação de concordância com a definição da administração pública (através da ação dos técnicos da Defesa Civil) de que aquela área seria, de fato, de “risco”. Isto criava as condições para que os moradores fossem retirados de suas casas, mesmo contra sua vontade.

Consideramos que o “laudo” (e outros documentos que circulam nessas ocasiões), produto de um saber técnico, é parte constitutiva de um *regime de verificação* (Foucault 2008a) ao dizer a verdade sobre o estado da casa, garantindo a legitimidade das tecnologias de governo agenciadas naquele território (Foucault 2008b). No escopo do binômio verificação-jurisdição, que diz respeito à “conexão de um regime de verdade à prática governamental” (Foucault 2008a: 51), regimes de verificação são parte de economias mais gerais de poder, nas quais se inscrevem as práticas de governo levadas a cabo por agentes estatais. Estudar a verificação consiste em “determinar em que condições e com que efeitos se exerce [...] um tipo de formulação do âmbito de certas regras de verificação e de falsificação” (Foucault 2008a: 50).

Neste sentido, é possível afirmar, de antemão, que o registro feito num “auto de

7 Quanto à noção de *margens*, seguimos a definição elaborada por Das & Poole (2004), que apontam que essas seriam lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e nos quais o Estado estaria constantemente redefinindo seus modos de governar e de legislar. Esses lugares não seriam simplesmente territoriais: consistiriam também em lugares de práticas nos quais a lei e outras ações estatais seriam colonizadas mediante outras formas de regulação que decorrem das necessidades das (ou imposições às) populações. As margens mencionadas por Das & Poole (2004) se referem àquelas práticas relativas a uma contínua redefinição da lei através de formas de violência e autoridade, que podem ser construídas tanto como extrajudiciais quanto prévias ao Estado e fora deste. Tal abordagem se afasta da tradicional abordagem weberiana sobre o Estado. Na elaboração de Weber (1997), seria importante a criação de limites entre as práticas e espaços vistos como partes do Estado e aqueles que restavam excluídos destes, fazendo com que sua legitimidade surgisse, portanto, como resultado desta demarcação de fronteiras.

interdição” ou em “laudos”, documentos que atestam a “condenação” de um determinado imóvel numa localidade que se pretendia remover, aponta para uma dinâmica de governo que configura uma dupla inscrição: tais documentos expressam, por um lado, o reconhecimento de certo indivíduo ou grupo e, por outro, modos específicos de controle sobre sua conduta. No caso das remoções, é possível notar como o que se encontra registrado sob o amparo da malha estatal torna-se verdadeiro, traçando uma linha de força que demarca a exclusão de tudo o que não estiver inscrito nestes documentos, definindo-o como falso ou ilegítimo.

O universo empírico a partir do qual analisaremos este conjunto de questões se configura através da consideração das experiências observadas por moradores de duas favelas do Rio de Janeiro: Indiana, situada na Zona Norte da cidade, e da Vila União de Curicica, localizada na Zona Oeste. Consideramos estes *dois bons casos para pensar* a tessitura, em suas dimensões infinitesimais, desta forma de conduzir as condutas e que nos permitirá apreender os jogos de força que atravessam e constituem o espaço urbano atualmente na cidade do Rio de Janeiro.

“Nossa casa tá condenada”: o caso da Vila União de Curicica

Valda é funcionária da prefeitura e mora na favela Vila União de Curicica - Jacarepaguá - em uma casa à beira do rio Pavuninha com Ângela, sua filha de 15 anos, e Jorge, seu marido⁸. Em uma reunião em 2012, a prefeitura anunciou oficialmente aos moradores que a localidade seria removida por inteiro - o que totalizava mais de 900 famílias -, devido à construção da via de BRT (Bus Rapid Transit) Transolímpica, cujo traçado conecta os bairros de Deodoro e Barra da Tijuca⁹. Entre 2012 e 2016, o Movimento Independente Popular (MIP), formado por moradores e diversos grupos da sociedade civil, buscou resistir à ameaça de remoção, obtendo vitória parcial, tendo em vista que boa parte das famílias permaneceu na localidade¹⁰.

8 Decidimos estabelecer nomes fictícios para garantir o anonimato de nossos interlocutores, tendo em vista que se trata de uma família que vivenciou um processo de remoção complexo e, em muitos momentos, violento, travando intensas relações com agentes estatais.

9 As vias de BRT construídas pela cidade durante a preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos são consideradas pela prefeitura como “legado” deixado por esse contexto de “oportunidades” para a cidade. Para compreender mais profundamente o discurso do “legado”, ver Magalhães (2013b).

10 Junto a grupos universitários e políticos, os moradores da Vila União conseguiram pressionar a prefeitura, de modo que o traçado foi repensado, permitindo que a maioria das famílias permanecesse na localidade. Ainda assim, foram muitos os removidos, que receberam em troca de suas casas aluguel social, indenizações - normalmente abaixo de suas expectativas - ou apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). As famílias que ficaram sofreram os impactos das obras da via de BRT no espaço físico, bem como o abandono da realização de serviços básicos, como coleta de lixo e limpeza

Em contexto de produção da cidade olímpica, os moradores da Vila União entraram em contato com muitos agentes estatais, como funcionários da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), da Fundação Instituto de Geotécnica (GeoRio), da Defesa Civil, dentre outros. Na medida em que as interações entre tais agentes e os moradores tornaram-se mais cotidianas, ficou evidente como as casas e as famílias passaram a ser o objeto central das análises dos técnicos estatais. Analisadas, medidas e fotografadas, as casas recebiam a marca SMH (Secretaria Municipal de Habitação), seguida de um número. Sujeitos a inúmeras perguntas, um pouco desorientados e sem entender os objetivos claros daquelas visitas, os moradores eram cadastrados.

Durante o processo de remoção, fortemente marcado pela construção do viaduto da Transolímpica, além das visitas, análises, fotografias e cadastros, a família de Valda também recebeu um laudo da Defesa Civil, que atestava a “condenação” de sua casa. Baseados no diagnóstico fornecido pelo laudo, funcionários da SMH informaram à família que eles seriam realocados em um apartamento do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV)¹¹, em um bairro próximo à favela. Além das ofertas de apartamentos do PMCMV, as famílias da Vila União também receberam, como propostas de compensação pelas casas, indenizações e aluguel social. Para atingir suas finalidades naquele território, a prefeitura acionou diversas estratégias e táticas¹², dentre elas a quantificação/mensuração¹³ das casas que precisavam ser retiradas para que a construção da Transolímpica fosse efetivada. Segundo Zizek (2014):

[...] hoje a variedade predominante da política é a *biopolítica pós-política* - impressionante exemplo de jargão teórico que, no entanto, podemos

do rio, por parte da prefeitura. Trata-se de um processo de remoção complexo, marcado por interações cotidianas entre moradores, grupos de fora da favela, agentes estatais e não estatais, no qual tanto a violência, como a *pedagogia da conversão* (Das & Poole 2004), são elementos constitutivos das relações entre os atores. Para mais informações sobre o caso da Vila União de Curicica, ver Petti (2016).

- 11 No Rio de Janeiro, os apartamentos do PMCMV foram muito utilizados como instrumento para facilitar a realização dos processos de remoção e podem ser entendidos como elemento constitutivo do conjunto de estratégias e táticas acionadas pelas escalas governamentais durante a preparação da cidade, em particular, e do país, em geral, para os megaeventos. Para acesso a dados referentes à realização do programa no Rio de Janeiro - e em outros estados -, ver Amore, Rufino & Shimbo (2015).
- 12 Práticas que podemos pensar como consistindo diferentes governamentalidades, conceito foucaultiano que consiste no “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault 1979:291).
- 13 O aluguel social consiste em quatro parcelas de R\$400,00. Durante as reuniões do Movimento Independente Popular (MIP), foi possível perceber como as propostas de indenização oferecidas pela prefeitura não correspondiam às expectativas dos moradores quanto ao valor - em múltiplos sentidos - de suas casas. Para entender o processo de quantificação/mensuração da casa na favela, ver Petti, 2016.

decifrar com facilidade: a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por um lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. É evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem: quando se renuncia a grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida, ou *quase* apenas isso. O que significa que com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje (Zizek 2014: 45).

As intervenções urbanas efetuadas no Rio de Janeiro para a preparação da cidade para os megaeventos – e somente possíveis devido ao engajamento mútuo das três escalas de governo¹⁴ –, nas quais se insere o caso da Vila União, podem ser pensadas no escopo do paradigma da *biopolítica pós-política*. O medo, como elemento central da subjetividade de hoje, evoca a questão do risco. Certa vez na casa de Valda, Ângela e sua mãe mostraram o documento da Defesa Civil, afirmando diversas vezes que precisavam sair de lá, porque “nossa casa tá condenada”. O risco que a casa oferece a suas vidas é expresso nas falas da mãe e da filha, por meio do termo técnico acionado pelo especialista que gerou o laudo: “casa condenada”.

As obras de construção da via BRT ocorreram muito próximas às casas existentes à beira do referido rio. Ao longo de 2016, devido ao impacto das bate-estacas – instrumento muito utilizado na construção civil –, rachaduras começam a surgir nas paredes da casa de Valda. Tais rachaduras consistem num dos elementos que levaram os especialistas a “condenar” o imóvel em questão. Em tempos de pós-política, como afirma Telles, “o foco são as ‘populações de risco’ – ou, como se diz atualmente, ‘populações em situações de risco’ – definidas a partir de um feixe abstrato de fatores acessíveis à análise dos especialistas” (Telles 2010:153).

As rachaduras nas paredes, que expressavam o risco produzido pelas ações dos governos envolvidos na produção da cidade olímpica e de seu “legado” – nesse caso a construção do BRT –, constituem, por sua vez, o elemento a partir do qual o diagnóstico de

14 O Estado aqui é entendido, não como um apriori universal, porém a partir de suas práticas, agentes e diversidade de escalas governamentais; não unívoco, tampouco homogêneo. A produção da cidade olímpica engajou as três escalas governamentais – federal, estadual e municipal –, tanto em termos dos trânsitos de recursos financeiros, como também no que diz respeito à circulação de capitais social e político – pessoas, ideia, projetos e acordos. Para melhor compreensão do engajamento das três esferas de governo, ver Oliveira (2015).

“condenação” emerge. A intervenção urbana realizada no bairro, bem como a palavra do técnico responsável pela análise da casa em questão, permitem a classificação de muitas famílias da Vila União – especialmente as que habitam à beira do rio – como “população em situação de risco” e, portanto, passível de ser removível. Uma verdade específica é construída sobre aquela casa, localidade e seus habitantes, definindo que ações incidirão sobre elas e determinando seus possíveis destinos.

Apesar da existência do laudo, Valda ressaltou que a promessa de realocação para o apartamento do PMCMV não teria sido cumprida pela prefeitura. “Eu tô com o laudo já, e eles não me tiram”, diz a mãe. Ângela, por sua vez, demonstrou forte incômodo com relação às rachaduras da parede de seu quarto, mas ao ser perguntada sobre a possibilidade de pintar e reformar o quarto, ela afirma: “a gente não pode fazer nada, porque eles falam que a gente vai sair, que vão derrubar, aí vai ser dinheiro gasto à toa”. Tal situação gera um campo de incertezas que se tornam uma fonte de instabilidade considerável, alterando-lhes a autopercepção quanto à continuidade das rotinas de vida.

A análise dos jogos de poder que desenham o território urbano atualmente exige a compreensão das condições e critérios que fazem emergir premissas tomadas como verdadeiras ou falsas. O caso particular da família de Valda, parte do contexto mais amplo de remoções ocorridas no Rio de Janeiro em conjuntura recente, auxilia a prospectar o emaranhado de saberes dentro do qual a política é praticada. Dessa forma, o laudo, enquanto um saber técnico, constitui o que se toma como verdade sobre a casa, seu estado de “condenação”, o que a torna removível. Técnica e interesse de mercado não se dissociam e, em tempos de pós-política, os trânsitos entre técnica e mercados constituem, justamente, as dinâmicas dos jogos de poder no espaço urbano.

Por outro lado, gostaríamos de ressaltar as “distintas dinâmicas temporais que circundam as interações das pessoas com o Estado e com os documentos do Estado” (Das & Poole 2004:10). Já tendo sido notificada pelos agentes da SMH de que sua família seria reassentada, devido ao fato de a casa estar “condenada” pela Defesa Civil, Valda não compreende a demora da realização da realocação. Uma de suas suposições, para tal promessa não cumprida tem relação com uma provável imobilidade do governo, devido à “crise financeira” e à “falta de recursos” que assolavam (e ainda assolam) o Rio de Janeiro antes e depois dos Jogos Olímpicos de 2016.

As diferentes temporalidades das práticas estatais dificultam a compreensão de Valda acerca da situação na qual se encontrava sua família. A verdade sobre a casa – que baseia decisões sobre as vidas dessas pessoas – expressada pelo laudo técnico contrastava com o não esclarecimento que Valda refletia acerca de tal situação. Trata-se de uma *ilegi-*

bilidade (Das & Poole 2004) observada a partir do conflito de temporalidades experienciadas pela família em suas interações com os fazeres e dizeres estatais.

Como fica evidente na última afirmação de Ângela, a dificuldade de compreender as ações estatais (*ilegibilidade*) compromete a capacidade da família de planejar o futuro. Muitas caixas ocupavam o chão da sala de Valda, já que há meses alguma parte dos pertences da família já havia sido colocada dentro das mesmas. Além de não ter clareza se deveria ou não pintar algumas das paredes que apresentavam rachaduras, Valda demonstrava desconforto com relação à desordem gerada pelas caixas. Certa vez, sua vizinha disse que “muitos já estão doentes com esse negócio de vai sair, não vão sair”. As dinâmicas instauradas pelas *tecnologias de poder* (Foucault 2008b) acionadas no escopo das intervenções urbanas, vivenciadas pelas populações de favela do Rio de Janeiro em tempos de megaventos, permitem não somente a produção de determinados sujeitos (Lage & Magalhães 2016)¹⁵, como também provocam incertezas e indeterminações no cotidiano dos viventes. A incerteza resultante da situação do “vai sair, não vai sair”, muito bem representada na expressão da vizinha de Valda, atesta como tais vidas, destinadas a serem gestadas e administradas nos tempos atuais, estão inscritas nas práticas da *biopolítica pós-política*, tal como se apresentam na cidade do Rio de Janeiro.

A Zona Oeste da cidade, onde se encontra a Vila União de Curicica, tem figurado como frente de expansão do capital imobiliário. Como aponta Harvey (2012: 85), “o explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade” é resultado do papel cumprido pela urbanização na dinâmica de absorção dos excedentes de capital. As formas de governo aqui descritas, que em tempos de *biopolítica pós-política* absorvem fortemente os saberes técnicos veiculados por especialistas, estão relacionadas às dinâmicas de mercados no território da cidade, já que, como ressalta Foucault, desde o nascimento do liberalismo, “o mercado deve dizer a verdade com relação à prática governamental” (Foucault 2008a: 46). O mercado se torna um lugar de verificabilidade/falsificabilidade das práticas governamentais, revelando se as ações estatais são pertinentes ou não. Deste modo, é a partir do mercado que isso passa a ser checado. A ação realizada pelos agentes do capital imobiliário nessa região da cidade permite, portanto, observar a configuração das conexões entre política, mercado e produção de verdades na constituição do urbano.

Em meio a tais complexos jogos de poder, em que participam agentes estatais e

15 Lage & Magalhães (2016) demonstram como sujeitos são produzidos na cidade do Rio de Janeiro, na medida em que as intervenções urbanas fazem emergir noções e definições específicas sobre moradores de favelas, a partir da circulação - no caso das remoções - de concepções como “interesse público” e “risco”.

não-estatais, as populações são cadastradas, removidas e, em uma palavra, geridas. A vida de Valda e de sua família inscreve-se, em tal momento histórico, no fazer político atual, no qual poder e técnica são indissociáveis.

Discursos e contra-discursos sobre o “risco”: o caso da Indiana

Em 2009, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) publicou uma lista de 119 favelas que, de acordo com o planejamento da gestão daquele momento, deveriam ser removidas até o final de 2012. Esse anúncio tornou-se público após a inclusão da estimativa da redução de 3,5% da área ocupada por favelas em território urbano no Plano Plurianual do governo (Magalhães 2013a)¹⁶. Nesse contexto de reatualização da prática das remoções de favelas (Magalhães 2013b), a favela Indiana, localizada no bairro da Tijuca (Zona Norte da cidade), apareceu na lista mencionada acima dentre as localidades a serem erradicadas. A Indiana encontra-se em frente à favela do Borel e tem sua origem, identificada através da narrativa dos moradores, no ano de 1957, quando da ocupação das terras por algumas famílias.

Em 2010, ocorreu a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Borel, ocasionando o aumento dos preços do mercado imobiliário do entorno, o que promoveu certa “valorização” da região¹⁷ e consequente “remoção branca”¹⁸. Não por acaso, como parte do processo de transformação do bairro, os moradores da Indiana depararam-se com o anúncio da remoção. Apenas em 2012, no entanto, a ameaça de erradicação tornou-se mais intensa no cotidiano dos moradores, a partir do instante em que as vistorias das casas e o cadastramento das famílias tiveram início. É também no ano de 2012 que o empreendimento imobiliário “Bairro Carioca” do programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) – e parte do programa Morar Carioca¹⁹ – foi apresentado aos moradores como alternativa a suas casas na favela. Desde o início, o argumento acionado pelos agentes estatais para justificar a necessidade da remoção da localidade consistiu na classificação da

16 Para mais informações sobre o processo de “reatualização da prática de remoções” ver (Magalhães 2013a).

17 Para a compreensão de tal contexto, ver (Cavalcanti 2010). Tendo em vista as transformações ocorridas na região da Grande Tijuca, a autora cunha o conceito de *mercados limiars*, a partir da análise das dinâmicas dos mercados formais e informais do local.

18 A chamada remoção branca tem relação com processos de gentrificação, que impulsionam a desistência da moradia em determinados locais da cidade, devido ao aumento do custo de vida gerado pela “valorização”, “revitalização” – no discurso oficial – de certos bairros.

19 O Morar Carioca consiste em um programa de urbanização de comunidades, lançado em 2010 pela prefeitura do Rio de Janeiro. O programa promoveu no entanto, poucas intervenções, e vale ressaltar as fortes contradições entre seus objetivos anunciados e as práticas remocionistas, que marcam os dois mandatos do prefeito Eduardo Paes.

Indiana como “área de risco”.

Um dos seus moradores, Gilson, morava em uma casa com sua esposa e três filhos desde 1991. Assumindo o papel de liderança local, ele atuava de forma cotidiana na Comissão de Moradores – criada em 2012 para resistir ao processo de remoção –, bem como em diversos movimentos sociais, junto a lideranças de outras localidades. Quando indagado, durante uma conversa, sobre o laudo da GeoRio utilizado pela prefeitura como justificativa técnica para a realização da remoção, Gilson disse que à época: “eles diziam que tudo tava condenado, mas não mostravam o laudo”. A pressão feita por agentes estatais, que ressaltavam a todo instante o perigo inerente às construções existentes na favela, corroborava as tentativas de convencimento de que a ida para o “Bairro Carioca” significava “melhorar de vida”.

Alguns moradores, de fato, perceberam a realocação para o empreendimento imobiliário como meio de “ascensão”. Outros, porém, continuavam – e continuam – a reivindicar a permanência na localidade. A Indiana é composta por casas muito diversas, desde barracos de madeira, que são constantemente afetados pelas chuvas e enchentes do rio Maracanã²⁰, até grandes casas de alvenaria, concebidas por seus habitantes como “seguras” e, inclusive, pouco vulneráveis em momentos de tiroteio.

Apesar de tal diversidade local, tanto em termos das construções, como no que diz respeito às famílias (e suas histórias), suas situações presentes e seus planejamentos futuros, o texto do laudo emitido pela GeoRio afirma, de maneira universalizante, que “os elementos constantes no presente relatório, produto da consolidação de pesquisas e reconhecimento de campo, permitiram a produção de risco geológico apresentado na figura 2” (Geo Rio 2010:3). Como ressalta Silva (2016):

[...] a identificação das áreas de risco esbarra em dificuldades políticas para sua operacionalização. O momento da identificação e seus critérios específicos criam inúmeras situações indeterminadas, de dissonância entre a generalidade da categoria “risco” e a singularidade das situações concretas das famílias (Silva 2016: 244).

O diagnóstico técnico gerado pelo relatório da GeoRio abarcava toda a extensão da favela. O objeto da análise técnica abrangia os 13.800m² representados pelo território da Indiana. O laudo, ao emergir como instrumento das ações governamentais durante o embate entre os moradores que buscavam permanecer e os agentes estatais, objetivava

20 O NUTH exerce um papel central nas lutas de resistência contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Para saber mais, ver Cocco & Mendes (2016).

fenômenos sociais por meio de *tecnicidades* (Silva 2016). A noção de “área de risco” é advinda do contexto de ambientalização de lutas sociais (Acselrad 2010), tendo há tempos transpassado os limites desse debate, devido às apropriações do termo por muitos atores distintos. De todo modo, o mapeamento, a identificação e a classificação de uma “área de risco” consiste em uma ambientalização dos discursos que “pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc” (Acselrad 2010:103).

Gilson ressaltou que durante anos as ameaças de remoção se mantiveram a partir da alegação do risco vivido pela população local sem que, no entanto, qualquer documento fosse apresentado aos moradores. Muitas pessoas não concordaram com a justificativa do risco, seja devido ao esforço despendido ao longo dos anos na construção de suas casas (algo ignorado pela ação estatal), o que produz uma espécie de confiança nos imóveis habitados, seja porque desconfiavam do encadeamento direto entre “identificação de risco” e remoção. Desde que fora criada, a Comissão de Moradores da favela reivindicava em seus textos de circulação pelas redes sociais a “urbanização, as obras de contenção do rio Maracanã e melhorias no local”.

De acordo com as teorias da *construção social do risco* (Gonçalves 2012; Vargas 2006), o risco e o perigo são experienciados de diversos modos por diferentes atores. Ao se depararem com a classificação de “área de risco”, os moradores da Indiana, por meio da mobilização de elementos de sua experiência anterior com o processo de construção de suas casas, bem como da situação recente de conflito com a administração municipal, contestaram o saber expresso nas afirmações do laudo, sobre a qual o ultimato da decisão governamental da remoção se construiu.

Em 2015, quando a Comissão de Moradores conseguiu, finalmente, acessar o texto do laudo, constituiu-se uma parceria entre os moradores, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU-UFRJ), por meio de um projeto de extensão, em um esforço coletivo de questionar as afirmações e as decisões dos agentes estatais com relação à remoção. A análise do laudo, sempre mencionado pelos agentes estatais (porém nunca exposto aos moradores), foi seguida da descoberta de que, de acordo com o próprio léxico técnico governamental, a Indiana expressava “baixo risco”. “A inspeção de reconhecimento na comunidade Indiana indicou no momento apenas baixo risco geológico, onde o risco pode estar associado a cortes ou aterros irregulares, não sendo identificadas feições de possíveis escorregamentos (baixa declividade)” (Geo Rio 2010:4).

A descoberta do “baixo risco”, nunca informada pela prefeitura durante todos esses anos, bem como a oportunidade de entrar em contato com estudantes da FAU-UFRJ no escopo de um projeto de extensão, fez surgir no horizonte de possibilidades e expectativas da Comissão de Moradores a realização da urbanização do local, conforme apontado pelos próprios moradores em documento enviado ao UrbFavelas²¹: “com o apoio de universitários da área da arquitetura, a comissão agora tem clareza de que é possível realizar obras de contenção e viabilizar a urbanização da favela, tendo em vistas suas características geográficas” (Comissão de moradores Indiana Tijuca 2016:6). De acordo com Vargas (2006):

[...] apoiando-nos em toda essa argumentação, queremos mostrar, enfim, que a concepção de risco não é igual para todos. Mais do que isso: na disputa existente conforma-se um contra-discurso construído socialmente a partir do discurso dominante, uma vez que este desqualifica as práticas sociais dos sujeitos e interfere sobre suas vidas, expulsando-os dos territórios em que vivem. Então, esse contra-discurso apresenta-se como uma estratégia discursiva de recategorização do risco que se fundamenta nas práticas sociais – e estas se apresentam atreladas à permanência no local como fator de segurança de posse da casa e dos ativos sociais, propiciadores de relações de ajuda (Vargas 2006:13-14).

O relatório final do projeto participativo de urbanização da favela, junto aos *saberes prático-concretos* dos moradores sobre a localidade, permitiu a construção de um contra-discurso sobre a Indiana que se utilizou também - assim como o dominante - de técnicas. Da mesma forma que o discurso veiculado pela GeoRio, o contra-discurso elaborado pelos moradores e pela universidade objetivava fenômenos sociais por meio da linguagem técnica. Dessa vez, no entanto, ficou evidente os esforços de abarcar nos dizeres técnicos as experiências vividas dos moradores. Como pode ser visto no relatório final da FAU-UFRJ:

[...] O desafio está em como articular estas diferentes visões de mundo, entendendo que, como técnicos temos algum conhecimento específico, porém como moradores eles têm muito a nos ensinar sobre suas práticas cotidianas. Por isso, a nossa preocupação neste momento em aprimorar em lidar com o processo participativo de modo a finalizar o plano participativo de urbanização para Comunidade Indiana, dotando seus moradores de um instrumento eficaz para negociar com o Município (FAU-UFRJ 2015:12).

21 O UrbFavelas é um congresso nacional realizado por estudiosos de diversas áreas - Arquitetura, Ciências Sociais, Direito etc -, com o objetivo de refletir sobre favelas, loteamentos e assentamentos irregulares, seus cotidianos e a produção de políticas públicas direcionadas a essas populações.

Moradores da Indiana e agentes estatais constituíram um conflito delineado pela intervenção da administração municipal, conflito este que se desenrolou em meio ao acionamento de discursos e contra-discursos baseados, em alguma medida, em tecnicidades. A política local – concentrada, nesse contexto, na resistência à remoção – é praticada tendo em vista classificações efetivadas pelo governo e seu aparato, como é o exemplo da expressão “área de risco”. Utilizando a mesma abordagem técnica, estimulados por suas *experiências e saberes localizados* (Haraway 1995), os moradores, junto à universidade, contestaram a intervenção remocionista, demonstrando a viabilidade da urbanização. Entre política e técnica, os moradores da Indiana participaram do contexto de remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro, contestando, resistindo e negociando com as escalas governamentais envolvidas na produção da cidade olímpica.

Considerações finais

O que as situações aqui descritas a partir das experiências dos moradores das favelas Indiana e Vila União de Curicica nos permitem visualizar é justamente como determinadas vidas são inscritas em jogos de poder a partir do agenciamento do discurso técnico e do uso da técnica em circunstâncias específicas. Neste sentido, é possível afirmar que em tal configuração a técnica emerge como um modo de governo de populações, notadamente através de um determinado regime de veridicação que traça uma fronteira entre o que é verdadeiro e o que não é e, desta forma, delimita o que é possível ou não fazer, o que está dentro e o que está fora.

Os documentos (laudos e relatórios) que mencionamos ao descrever os casos aqui apresentados nos permitiu considerar como eles podem ser pensados como instrumentos de definição e delimitação de quem pode ou não ser removido. Ao apresentar o discurso verdadeiro sobre a casa, definindo como imprópria para habitar (“condenada”), todo um campo de intervenção se abre naquele território e um conjunto de ações (estatais, mas também dos moradores) se visualizam configurando a forma que o conflito ali vai assumir.

Tais *assinaturas de Estado* se conformam como um dos instrumentos fundamentais de legitimação da ação estatal nestas ocasiões. Isto é, o que se encontra inscrito e descrito nos documentos que atestam a “condenação” de certa moradia é o que tornará possível que um campo de ações se configure, traçando os destinos de uma determinada população. O uso da técnica, expresso nos saberes especializados e documentos produzidos pelos agentes estatais, evidencia a complexidade daquilo que emerge do campo de práticas aqui analisadas, ou seja, o Estado.

O desafio que se coloca para uma antropologia comprometida em pesquisar as dinâmicas de poder instauradas em territórios urbanos diz respeito, justamente, aos complexos modos de atuação estatal, que se constroem em meio aos emaranhados de tecnicidades. Observar as interações cotidianas entre os que habitam a cidade – e nos casos citados, a constroem – e os dizeres e fazeres de atores que compõem o que se chama de Estado exige compreender que, a depender do contexto histórico, as formas estatais de condução de condutas mostram-se distintas. Ao experienciarem de muitas maneiras o Estado, seu aparato e suas temporalidades, certos grupos sociais fazem emergir diversas interpretações sobre os discursos produzidos pelas linguagens técnicas. Das experiências de “risco” e “condenação” surgem contra-discursos que, como mescla de saberes leigos/ locais e especializados, engendram trajetórias de resistência.

É nesse sentido que os saberes especializados e seus instrumentos técnicos devem ser um dos focos das descrições e análises antropológicas, na medida em que participam ativamente da política urbana. A técnica, entendida enquanto conjunto de saberes, instrumentos e linguagens, pode ser apropriada por diversos grupos sociais, muitas vezes – como nesse texto –, em situação de conflito. Observar os usos – e abusos – e as interpretações acionadas pelos atores que manejam as tecnicidades figura como um dos primeiros passos para uma antropologia interessada em desvelar as complexidades dos conflitos urbanos.

Referências

- ACSELRAD, Henri. 2010. “Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental”. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.103-119.
- AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz (org.). 2015. *Minha casa e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- CAVALCANTI, Mariana. 2010. “Sem morro, varandão, salão, 3 dorms: a construção social do valor em mercados imobiliários “limiaries””. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, v.28, p.19-46.
- COCCO, Giusepp; MENDES, Alexandre. 2016. *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro: instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- COMISSÃO DE MORADORES INDIANA TIJUCA. 2016. “Uma história de luta: ocupação e resistência da comunidade Indiana Tijuca”. In: *II UrbFavelas, Rio de Janeiro*.
- DAS, Veena. 2007. “The Signature of the State: The Paradox of Illegibility”. In: *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley/Los Angeles: University California Press.

- DAS, Veena; POOLE, Deborah. 2004. *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi: Oxford University Press.
- FAU/UFRJ. 2015. "Trocando saberes: capacitação dialógica entre alunos e moradores para melhoria de habitações em assentamentos irregulares (relatório final)". In: *Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext)*. Rio de Janeiro
- FERREIRA, Letícia. 2013. "'Apenas preencher papel': reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos.". *Mana*, v. 19, p. 39-68.
- FOUCAULT, Michel. 1979. "A governamentalidade". In: Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. 2008a. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo : Martins Fontes.
- _____. 2008b. *Segurança, Território, População : curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- GEO RIO. 2010. *Apoio Técnico para Mapeamento Geológico em Encostas. Relatório de Campo - Indiana*. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Rafael; NETO, Nelson. 2012. "La noción de riesgo y el regreso de las remociones de favelas em tiempos de grandes eventos esportivos em Rio de Janeiro". In: *I Congresso Latinoamericano de ecologia urbana*, Buenos Aires.
- HARAWAY, Donna. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial." *Cadernos Pagu*, São Paulo, n.5, p.7-41.
- HARWEY, David. 2012. "O direito à cidade." *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89.
- HIRATA, Daniel; CARDOSO, Bruno. 2016. "Coordenação como tecnologia de governo." *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 97-130, jul./dez.
- HULL, Matthew. 2012. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers." *Vibrant* (Florianópolis), v. 11, p. 76-112.
- MAGALHÃES, Alexandre; LAGE, Victor Coutinho. 2016. "Produção de sujeitos na cidade do Rio de Janeiro através da "pacificação" e da "remoção".". *Anais 40º Encontro Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*.
- MAGALHÃES, Alexandre. 2017. "'Logique d'intervention' et circulation: éradiquer les favelas pour gérer l'espace urbain dans le Rio olympique." *Problèmes D'Amérique Latine*, v. 103, p. 79-93.
- _____. 2013a. *Transformações no "problema favela" e a reatualização da "remoção" no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- _____. 2013b. "O 'legado' dos megaeventos esportivos: A reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro.". *Revista Horizontes Antropológicos*, Vol. 19, nº 40, pp. 89-118.
- OLIVEIRA, Nelma. 2015. *O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses na produção da*

cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

PETTI, Daniela. 2016. "Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim": uma etnografia sobre a "luta" contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Marcella. 2016. "Entre estatísticas e a cidade: o cadastramento e a produção de demanda social por apartamentos no Programa Minha Casa Minha Vida." *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v.18, n.35, abr, p.237-256.

TELLES, Vera. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora.

_____. 2015. "Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos." *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, p. 15-41.

VARGAS, Maria. 2006. *Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juíz de Fora/MG*. Dissertação de Mestrado. IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VIANNA, Adriana. 2014. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira. (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. 1ed. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, v. 1, p. 43-70.

WEBER, Max. 2009. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB, 4ª Edição.

ZIZEK, Slavoj. 2014. *Violência*. São Paulo: Boitempo.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 23 de outubro de 2017.